

Relatório da Administração

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nº Nota	12-2014	12-2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nº Nota	12-2014	12-2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	491	Fornecedores		2.861	312
Contas a receber		843	187	Debitores		47	-
Impostos e contribuições a recuperar		41	1.433	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		571	1.819
Total do ativo circulante		903	2.111	Dividendos a pagar	9	1.297	637
Não circulante				Total do passivo circulante		4.776	2.768
Créditos com partes relacionadas	6	9.215	1.826	Não circulante			
Imobilizado	7	19.506	21.434	Debêntures	8	19.681	19.601
Total do ativo não circulante		28.721	23.260	Total do passivo não circulante		19.681	19.601
Total do ativo		29.625	25.371	Patrimônio líquido	9		
				Capital social		749	749
				Reservas de lucro		4.418	2.253
				Patrimônio líquido dos controladores		5.168	3.002
				Total do patrimônio líquido		5.168	3.002
				Total do passivo e patrimônio líquido		29.625	25.371

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Nº Nota	12-2014	12-2013
Receita líquida da prestação de serviços		27.184	16.504
(-) Custo dos serviços prestados		(14.853)	(11.593)
Lucro Bruto	10	12.332	4.911
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	12	(3.707)	(162)
Despesas financeiras	11	(3.090)	(592)
Receitas financeiras	11	7	1
Outras Despesas Operacionais	12	(1.157)	(38)
(=) Resultado operacional		4.385	4.120
(-) Contribuição social	13	(431)	(387)
(-) Provisão para imposto de renda	13	(1.173)	(1.050)
		(1.603)	(1.437)
Lucro líquido do exercício		2.781	2.683

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	12-2014	12-2013
Lucro líquido do exercício	2.781	2.683
Resultado abrangente total	2.781	2.683

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	12-2014	12-2013
Das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores	4.385	4.120
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Provisão juros sobre debêntures	2.749	-
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado	2.215	2.215
	9.348	6.335

Varição nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Diminuição (aumento) em contas a receber	(656)	(187)
Diminuição (aumento) em partes relacionadas social e de acionistas não controladores	(7.389)	(1.826)
Diminuição (aumento) nos demais ativos	1.392	37
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições a recolher	-	271
Aumento (diminuição) em outros passivos	2.088	95

Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:

Imposto de renda e contribuição social pagos	4.783	4.725
Caixa e equivalentes líquidas provenientes de (aplicadas nas) atividades operacionais:	(1.649)	(1.320)
	3.134	3.405

Das atividades de investimentos:

Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	(11.338)
Caixa e equivalentes líquidas provenientes das (aplicadas nas) atividades de investimentos:		(11.338)

Das atividades de financiamentos:

Emissão debêntures	-	20.000
Pagamento de juros debêntures	(2.663)	(399)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(11.386)

Caixa e equivalentes líquidas provenientes das atividades de financiamentos:

	(2.663)	8.215
Aumento do caixa e equivalentes:	472	283
No fim do exercício	19	491
No início do exercício	491	208
Aumento do caixa e equivalentes:	(472)	283

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites, como seguem: (a) **Categoria dos instrumentos financeiros:** Segue abaixo o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referente à Controladora em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2013		
	Emprés-timos e rece-bíveis	Custo amori-zado	Total	Emprés-timos e rece-amortizado	Custo amori-zado	Dispo-nível para venda
Ativos						
Contas a receber	843	-	843	187	-	187
Créditos com partes relacionadas	9.215	-	9.215	1.826	-	1.826
Total dos instrumentos ativos	10.058	-	10.058	2.013	-	2.013
Passivos						
Fornecedores	-	1.460	1.460	-	312	312
Contas a pagar	-	1.400	1.400	-	-	-
Debêntures	-	20.000	20.000	-	20.000	20.000
Total dos instrumentos passivos	-	22.860	22.860	-	20.312	20.312

(b) **Gerenciamento de Riscos: Risco de crédito:** A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui debêntures indexadas ao CDI, expondo esses passivos a flutuações nas taxas de juros. A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas. (c) **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Debêntures:** O valor de mercado das debêntures não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As debêntures possuem taxas compatíveis com as taxas praticadas atualmente pelo mercado e estão sendo atualizadas de acordo com os contratos firmados. O saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2014 corresponde aos valores efetivos para liquidação. (d) **Operações com derivativos:** No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não realizou quaisquer operações com derivativos. (e) **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa e debêntures, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as debêntures. Com relação as debêntures, referem-se a operações de financiamento à produção tomadas a taxas de mercado. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas debêntures a qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram obtidas 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira bruta".

Operação

	Risco CDI	Cenário Provável	Cenário 2	Cenário 3
Debêntures - taxa sujeita a variação	10,00%	12,50%	15,00%	15,00%
Posição em 31/12/2013 = R\$ 20.000	2.000	2.500	3.000	3.000
Totais	2.000	2.500	3.000	3.000

15. OUTROS ASSUNTOS: Provisões litigiosas: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia processos judiciais, prováveis ou possíveis, em discussão, envolvendo a Companhia, fazendo-se desnecessária a constituição de qualquer provisão. **Informações suplementares:** A Lei 12.973/14 de 13 de maio de 2014, promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com vigência para 2015, permitindo ao contribuinte adesão às novas regras já em 2014, de forma irrevogável. A referida Lei antes vinda da medida provisória 627 dentro outros assuntos, tratou especialmente em harmonizar a legislação tributária com os critérios e procedimentos contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como a extinção do RTTL (Regime Tributário de Transição) e novas regras de tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com relação aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e, alterações na forma de utilização do ágio. A Companhia optou por não adotar de forma antecipada a presente Lei. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida Lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas informações financeiras da Companhia.

THYAGO AREIAS BISSOLOTTI - Contador - CRC 1SP259092/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Sustenta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4.800 Torre 3 Continental Tower - 26º andar - sala 03, São Paulo - SP tem por objeto a comercialização de energia elétrica adquirida de distribuidoras, bem como o fornecimento de energia elétrica de geradores, quando necessário. Os Nossos Clientes são, **Consórcio Condomínio Shopping Metro Tucuruvi, Consórcio Condomínio Catarina Fashion Outlet, Condomínio Shopping Bela Vista, Vila Catarina Shopping**, onde proporcionamos um fornecimento de energia adequada e com o custo mais competitivo. Os Nossos Parceiros são **Compass Comercializadora de Energia, NC Energia S.A.**, onde compramos energia com o custo mais competitivo.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Base de elaboração:

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi emitida pela Diretoria em 30 de Março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Apuração do resultado: a.1. Receitas da Prestação de Serviços/Comercialização de Energia:

As receitas, os custos e as despesas são registrados em conformidade com o regime de competência relativos à comercialização dos megawatts. **b. Ativos, circulante e não circulante: b.1. Caixas e Equivalentes de Caixas:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisões para ajuste ao seu valor líquido de realização. **b.2. Outros Ativos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias incorridos. **b.3. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 7. **c. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Não foram observadas evidências de perda de valor econômico dos ativos, dispensando a constituição de provisão para não recuperabilidade destes. Revisa-se anualmente o teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando há indicação de não recuperabilidade, buscando identificar alterações nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indiquem perda na geração de benefícios econômicos. Quando identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para adequação de ambos. As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados e em estudos de viabilidade econômica descontados a valor presente. Não houve registro de perdas decorrente de redução de valor recuperável dos ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. **d. Passivos, circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **d.1. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures:** Reconhecidos quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente apresentados pelo método do custo amortizado. **e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente para o regime de tributação do lucro real, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **f. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **f.1. Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **f.2. Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. A provisão para demandas judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e está registrada de acordo com a avaliação de riscos (Perdas Prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos e Administração da Companhia, incluindo quanto à sua classificação no Passivo não Circulante. **g. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas e controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **f. Outros assuntos (provisões litigiosas)** - Nota 3f.

4. NOVAS IFRS e INTERPRETAÇÕES DO IFRIC: IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009):

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15, Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS 1. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo de caixas e equivalentes de caixa é composto como segue:

	12-2014	12-2013
Caixa e equivalente de caixa	19	491
	19	491

6. PARTES RELACIONADAS: 6.1. Operações de empréstimos e mútuos:

O saldo a receber representa principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo com prazos indeterminados, celebrados entre a Companhia e sua controladora sem a cobrança de juros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, os saldos ativos e passivos com partes relacionadas estão assim apresentados:

	12-2014	12-2013
JHSF Participações	9.215	1.826
Total	9.215	1.826

7. IMOBILIZADO: Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Item	Movimentação 12 - 2014			
	Valor residual em 31/12/2013	Adições	Depreciação	Valor residual em 31/12/2014
Sistemas e equipamentos de informática	20	-	(1)	19
Veículos	46	-	(14)	32
Máquinas e equipamentos	19.402	-	(2.199)	17.203
Adiantamento a fornecedores	1.965	286	-	2.250
	21.434	286	(2.215)	19.506

Item	Movimentação 12 - 2013			
	Depreciação Histórico	Saldo em 31/12/2012	Adições	Depreciação
Sistemas e equipamentos de informática	3	3	19	(2)
Veículos	71	(11)	60	(14)
Máquina e equipamentos	12.637	(389)	12.248	9.354
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.965	-
	12.711	(400)	12.311	11.338

8. DEBÊNTURES Circulante

(-) Custos com 1.ª emissão de debêntures simples

	12-2014	12-2013
	(47)	-
	(47)	-
	(47)	-

1.ª emissão de debêntures simples (a) CDI

	12-2014	12-2013
--	---------	---------